



ITUMBIARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.467/0001-52

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2015.

1) A COMPANHIA

A ITE é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Araporá, no Estado de Minas Gerais, e Goianésia, no Estado de Goiás. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 811
Tensão em kV: 500/230
Subestações: 3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita:

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 189.497.826, para o período de julho de 2015 a junho de 2016 e de R\$ 182.017.701, para o período de julho de 2014 a junho de 2015.

3.2) Desempenho econômico-financeiro.

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2015 e 2014 são:

	2015	2014
• Liquidez geral	1,61	1,93
• Liquidez corrente	1,62	1,96
• Relação patrimônio líquido/ativo	38,07%	48,28%
• Relação passivo não circulante/ativo	47,83%	38,33%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	43,23%	24,01%
Ativos totais R\$:	957.162.334	990.173.548

No exercício de 2015 houve o registro elevado de despesas financeiras devido ao aumento da taxa do dólar, que em 31 de dezembro de 2015, estava cotada em USD 3,9048 por real comparado a taxa de USD 2,6562 em 31 de dezembro de 2014. Os empréstimos da Companhia foram contratados em dólar, assim, com a valorização da moeda americana houve o aumento do endividamento e consequentemente a Companhia registrou prejuízo basicamente em função da valorização do dólar.

A Administração faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que estes empréstimos estão contratados com empresa do grupo State Grid, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	527.145	68.528.120	Fornecedores - terceiros		1.260.890	484.737
Concessionárias e permissionárias	6	22.622.688	22.305.414	Fornecedores - partes relacionadas	23	4.850	9.823
Estoques		3.663.459	2.839.200	Empréstimos - partes relacionadas	9	88.727.866	96.236.252
Adiantamento a fornecedores		838.964	772.813	Impostos e contribuições sociais	10	31.967.626	4.725.263
Impostos a recuperar	7	1.055.418	466.717	Taxas regulamentares	11	7.626.233	6.768.493
Ativo financeiro amortizável e indenizável	8	188.691.163	164.047.998	Dividendos propostos	14	2.584.040	22.415.960
Outros ativos circulantes		971.728	1.062.355	Outros passivos circulantes		2.798.296	1.966.415
		218.370.565	260.022.617			134.969.801	132.606.943
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Ativo financeiro amortizável e indenizável	8	734.865.093	715.048.513	Empréstimos - partes relacionadas	9	353.384.400	300.482.625
Impostos a recuperar	7	-	4.336.286	Outras contas a pagar - partes relacionadas	23	2.222.279	24.794
Outros ativos não circulantes		197.459	624.137	Outras provisões - compensação ambiental		470.958	626.911
Imobilizado		2.786.441	2.225.530	Provisão para contingências	12	168.250	168.250
Intangível		942.776	7.916.465	Impostos diferidos	13	98.035.674	75.722.986
		738.791.769	730.150.931	Outros passivos não circulantes		3.520.501	2.483.847
Total do ativo		957.162.334	990.173.548			457.802.062	379.509.413
				Patrimônio líquido			
				Capital social		373.710.000	373.710.000
				Reservas de lucros		-	85.731.671
				Reserva legal		-	18.615.521
				Prejuízo acumulado		(9.319.529)	-
						364.390.471	478.057.192
				Total do passivo e do patrimônio líquido		957.162.334	990.173.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Capital social	Reserva de lucros legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	373.710.000	16.255.947	111.132.675	(23.696.000)	-	477.402.622
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	47.191.494	47.191.494
Constituição da reserva legal	-	2.359.574	-	-	(2.359.574)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	22.415.960	-	(22.415.960)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(22.415.960)	(22.415.960)
Dividendos intermediários pagos	-	-	(24.120.964)	-	(24.120.964)	-
Reversão do saldo de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(23.696.000)	23.696.000	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	373.710.000	18.615.521	85.731.671	-	-	478.057.192
Dividendos intermediários (nota explicativa 14)	-	-	(34.584.040)	-	(34.584.040)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(79.082.681)	(79.082.681)
Absorção de prejuízo acumulado	-	(18.615.521)	(51.147.631)	-	69.763.152	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	373.710.000	-	-	-	(9.319.529)	364.390.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Araporá, no Estado de Minas Gerais, e Goianésia, no Estado de Goiás. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 30 de novembro de 2007 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão: Em 30 de setembro de 2004, a Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006. No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão ANEEL nº 001/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos, distribuída em: (i) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, compostas pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, no Estado do Mato Grosso. (ii) Pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás. (iii) Pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais. (iv) Pela linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso. (v) Entradas de linha pela transformação 500/230 kV - 750 MVA na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV - 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2. Receita anual permitida (RAP): A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$98.747.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida à 50% do seu valor original. Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em R\$182.017.701 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015. Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$189.497.826 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas

apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probablistico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de Custo da operação (nota explicativa 16) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 15). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$ 923.035. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2016. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar foram levadas para todas as regiões da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	15	215.401.244	157.548.359
Custo da operação	16	(52.845.075)	(28.372.658)
Lucro bruto		162.556.169	129.175.701
Despesas gerais e administrativas	17	(12.880.062)	(14.435.294)
Outras receitas/(despesas) operacionais	18	7.866.320	50.221
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		157.542.427	114.790.628
Resultado financeiro	19	(175.077.953)	(57.068.748)
Receita financeira		67.847.131	55.349.605
Despesa financeira		(242.925.084)	(112.418.353)
Resultado antes dos impostos		(17.535.526)	(57.721.880)
Imposto de renda e contribuição social	22	(61.547.155)	(10.520.386)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(79.082.681)	47.191.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015	2014
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(79.082.681)	47.191.494
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	(79.082.681)	47.191.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015	2014
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos	(17.535.526)	57.721.880
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	181.442.185	66.822.372
Depreciação e amortização	355.657	167.926
Baixa de ativo intangível	6.989.873	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	330.478	1.048.401
Provisão para contingências	-	(3.817.248)
Provisão para compensação ambiental	(155.952)	626.911
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(647.752)	(5.160.184)
Ativo financeiro amortizável e indenizável	(44.459.745)	2.866.577
Estoques	(824.259)	(2.819.923)
Impostos a recuperar	3.747.585	9.784.518
Adiantamentos a fornecedores	(203.528)	374.768
Outros ativos	654.685	478.868
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	770.995	246.536
Tributos e contribuições sociais	22.939.378	13.329.803
Impostos pagos	(34.931.296)	(47.270.133)
Juros pagos	(14.868.118)	(11.663.273)
Taxas regulamentares	857.740	1.571.442
Outros passivos	4.061.274	(7.351.696)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	108.523.672	84.592.042
Aquisição de imobilizado e intangível	(932.753)	(1.130.581)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	(932.753)	(1.130.581)
Empréstimos captados	-	427.877.464
Empréstimos pagos	(121.175.934)	(490.386.132)
Dividendos pagos	(54.415.961)	(38.241.929)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento	(175.591.895)	(100.750.597)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(68.000.975)	(17.289.137)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	68.528.120	85.817.256
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	527.145	68.528.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de caixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo financeiro amortizável e indenizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não



ITUMBIARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.467/0001-52

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução do valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **Receita de operação e manutenção:** A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão. **Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **Remuneração dos ativos financeiros:** Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP. **3.14. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável e indenizável. O saldo e caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável e indenizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Bancos	527.145	236.964
Aplicações financeiras	-	68.291.156
	527.145	68.528.120

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos poderiam ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e ofereciam uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2015	2014
A vencer	18.573.123	21.574.056
Vencidas até 30 dias	42.799	101.029
Vencidas até 60 dias	412.483	89.732
Vencidas até 90 dias	1.063.671	86.028
Vencidas há mais de 90 dias	<u>4.092.391</u>	<u>1.685.870</u>
	24.184.467	23.536.715
(-) PCLD	<u>(1.561.779)</u>	<u>(1.231.301)</u>
	22.622.688	22.305.414

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD no exercício de 2015:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	(1.231.301)	(182.900)
Adição	(330.478)	(1.048.401)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.561.779)</u>	<u>(1.231.301)</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2015	2014
Circulante		
PIS	5.177	3.779
COFINS	23.845	17.405
IR	193.470	39.584
CSLL	411.402	366.088
Outros	<u>421.524</u>	<u>39.861</u>
	1.055.418	466.717
Não circulante		
PIS (nota explicativa 17)	-	636.234
COFINS (nota explicativa 17)	-	<u>3.700.052</u>
	-	4.336.286

8. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL E INDENIZÁVEL

	2015	2014
Circulante	188.691.163	164.047.998
Não circulante	<u>734.865.093</u>	<u>715.048.513</u>
	923.556.256	879.096.511

Conforme contrato de concessão da Companhia (notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. **Ativo financeiro - Amortizável:** As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. **Ativo financeiro - Indenizável:** Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A administração da companhia considera que ao final da concessão caberá a Companhia uma indenização. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida

Descrição	Venci-mento		2015	2014
	Início	Encargos		
State Grid International Development Limited (SGID) (i)	12/2013	09/2020	2,65% a.a	442.112.266
				<u>396.718.877</u>
				(ii) 442.112.266
Circulante				88.727.866
Não circulante				<u>96.236.252</u>
				353.384.400
				<u>300.482.625</u>
				442.112.266

(i) A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico. (ii) No exercício de 2015 houve aumento do saldo em função basicamente do aumento da taxa do dólar em 31 de dezembro de 2015, cotada em USD 3,9048 por real comparado em taxa e USD 2,6562 em 31 de dezembro de 2014. Na nota explicativa 19 apresentamos os montantes referentes a perda de variação cambial.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	Amortização
2016	88.727.866
2017	88.346.100
2018	88.346.100
2019 - 2020	<u>176.692.200</u>
	442.112.266

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2015	2014
IRPJ a pagar	20.916.127	838.311
CSLL a pagar	7.165.340	127.001
Imposto de renda retido na fonte	1.539.168	1.574.579
COFINS a recolher	1.140.980	1.147.557
INSS empregado	326.625	300.852
ISS	247.245	144.527
PIS a recolher	246.689	249.184
Outros	<u>385.452</u>	<u>343.252</u>
	31.967.626	4.725.263

11. TAXAS REGULAMENTARES

	2015	2015
Reserva global de reversão (RGR) (i)	1.195.470	829.867
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	533.229	784.329
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	<u>5.897.534</u>	<u>5.154.297</u>
	7.626.233	6.768.493

(i) (RGR): Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantêm a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela ANEEL. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. (iii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2015	2014
Fiscal	168.250	168.250
	<u>168.250</u>	<u>168.250</u>

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2015	2014
Trabalhista	35.000	-
Fiscal	20.894.207	7.915.835
Cível	-	1.600.000
	<u>20.929.207</u>	<u>9.515.835</u>

13. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2015	2014
Impostos diferidos passivos (i)	98.035.674	75.222.986
	<u>98.035.674</u>	<u>75.222.986</u>

(i) Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 373.710.000, dividido em 373.710.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social é como se segue:

	2015 e 2014
SGID	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. **c) Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	2015	2014
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(79.082.681)	47.191.494
Reserva legal (5%)	-	(2.359.575)
Base de cálculo para os dividendos	-	44.831.919
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	-	22.415.960

Em 30 de junho de 2014 a Administração pagou R\$24.120.964 como dividendos intermediários referente à reserva de lucros. Em 20 de agosto de 2015 foram declarados dividendos intermediários no valor de R\$34.584.040. Desse montante, R\$24.000.000 foram pagos em 04 de setembro de 2015 e R\$8.000.000 em 04 de dezembro de 2015. Restando ainda R\$ 2.584.040 a pagar em 2016.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receita operacional bruta	240.594.259	181.740.427
Receita de operação e manutenção	31.277.559	19.054.746
Remuneração dos ativos da concessão	180.302.243	162.334.686
Receita de construção	29.014.457	-
Outras	-	350.995
Deduções da receita operacional	<u>(25.193.015)</u>	<u>(24.192.068)</u>
PIS	(3.236.219)	(3.043.066)
COFINS	(14.906.223)	(13.997.812)
RGR	(4.903.363)	(4.615.175)
P&D	(1.705.982)	(1.612.981)
TFSEE	<u>(441.228)</u>	<u>(923.034)</u>
	215.401.244	157.548.359

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2015	2014
Pessoal	(12.018.161)	(8.818.967)
Administradores	(1.437.788)	(1.848.617)
Material	(1.574.872)	(1.219.441)
Serviços de terceiros	(1.518.598)	(1.370.306)
Arrendamentos e aluguéis	(257.900)	(16.343)
Seguros	(220.430)	(243.339)
Tributos	(278.891)	(108.728)
Custo de construção	(29.014.457)	-
Custo de operação e manutenção	(4.635.809)	(14.558.240)
Gastos diversos	(1.888.169)	(188.677)
	<u>(52.845.075)</u>	<u>(28.372.658)</u>

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Pessoal	(5.208.112)	(2.497.662)
Material	(603.771)	(150.286)
Serviços de terceiros	(1.478.218)	(957.548)
Arrendamentos e aluguéis	(103.549)	(215.108)
Provisão/reversão	(1.037.690)	453.249
Doações	(934.733)	(494.297)
Tributos (i)	(2.322.279)	(10.405.716)
Depreciação e amortização	(2.203.008)	(167.926)
Outras	<u>(988.702)</u>	<u>-</u>
	(12.880.062)	(14.435.294)

(i) A Administração da Companhia aprovou a baixa de R\$ 10.118.002 em 2014 e R\$ 2.183.270 em 2015 referente a PIS e COFINS, visto que não havia previsão de utilização dos créditos apresentados.

18. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	2015	2014
Rendas da prestação de serviços	10.931.899	-
Outras receitas e rendas	282.657	50.221
Tributos sobre a receita	(1.514.206)	-
Pessoal	(670.297)	-
Perdas de alienação e desativação	(728.528)	-
Depreciação	(152.649)	-
Outros	<u>(282.556)</u>	<u>-</u>



ITUMBIARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.467/0001-52

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	527.145	68.528.120
Concessionárias e permissionárias	6	22.622.688	22.305.414
Ativo financeiro amortizável e indenizável	8	923.556.256	879.096.511
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Adiantamentos a fornecedores	-	838.964	772.813
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Empréstimos - partes relacionadas	9	442.112.266	396.718.877
Fornecedores - terceiros	-	1.260.890	484.737
Fornecedores - partes relacionadas	24	2.227.129	34.617

21. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b) Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **c) Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo. *Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:* A Companhia

calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2015. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

Empréstimos	31/12/2015	-5%	5%
	442.112.266	(19.648.848)	20.596.869

d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, o não cumprimento com suas obrigações contratuais, ocasiona perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. **e) Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(17.535.526)	57.721.881
Alíquota nominal	5.962.079	(19.625.440)
Adições e exclusões não dedutíveis	(1.525.795)	8.763.263
Variação Cambial	(48.392.649)	-
Juros Indedutíveis	(3.925.995)	-
Adição de Contribuição Social a Base do IR	(3.615.467)	-
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	913.584	307.791
Outros	(10.962.912)	24.000
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(61.547.155)	(10.530.386)

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente

Murilo Magalhães Nogueira - Diretor

Aldeia Giorgia Werneck - Contadora - CRC RJ-110226/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **Itumbiara Transmissora de Energia S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas

pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.** ("PPTTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2015.

1) A COMPANHIA

A PPTTE é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	490
Extensão em kV:	230
Subestações:	2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita:

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 87.889.867 para o período de julho de 2015 a junho de 2016 e de R\$ 76.759.226, para o período julho de 2014 a junho de 2015.

3.2) Desempenho econômico-financeiro:

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2015 e 2014 são:

	2015	2014
• Liquidez geral	2,86	2,63
• Liquidez corrente	1,84	1,60
• Relação patrimônio líquido/ativo	65,03%	61,95%
• Relação passivo não circulante/Ativo	20,14%	22,22%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	12,51%	10,02%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	23,06%	19,17%

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro.

O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

Ativo	Nota	2015	2014
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.743.270	22.818.781
Concessionárias e permissionárias	7	9.806.975	10.483.978
Estoques		7.958.751	5.706.297
Adiantamento a fornecedores		1.280.167	2.066.202
Impostos a recuperar	8	4.822.642	2.422.677
Ativo financeiro amortizável e indenizável	9	86.236.491	76.064.504
Outros ativos circulantes		1.598.217	558.625
		131.446.513	120.121.064
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	8.042.047	6.316.684
Ativo financeiro amortizável e indenizável	9	341.238.334	345.614.197
Outros ativos não circulantes		1.318.378	453.417
Imobilizado		525.945	746.888
Intangível		29.933	42.706
		351.154.637	353.173.892

Passivo	Nota	2015	2014
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		982.498	1.764.987
Fornecedores - partes relacionadas	22	4.441	4.277
Financiamento - terceiros	10	19.501.952	17.589.345
Impostos e contribuições sociais	11	21.745.076	23.830.020
Taxas regulamentares	12	3.342.868	2.705.473
Dividendos propostos	15	24.607.107	27.956.586
Outros passivos circulantes		1.417.621	1.090.096
		71.601.563	74.940.784
Passivo não circulante			
Financiamento - terceiros	10	48.085.811	60.543.989
Outras contas a pagar com partes relacionadas	22	50.336	-
Provisão para contingências	13	309.840	160.239
Impostos diferidos	14	48.728.873	44.438.951
		97.174.860	105.143.179
Patrimônio líquido			
Capital social		194.035.000	194.035.000
Reservas de lucros		107.786.739	89.136.218
Reserva legal		12.002.988	10.039.775
	15	313.824.727	293.210.993
Total do passivo e do patrimônio líquido		482.601.150	473.294.956

Total do ativo **482.601.150** **473.294.956**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	16	84.326.708	63.504.265
Custo da operação	17	(10.122.355)	(7.701.939)
Lucro bruto		74.204.353	55.802.326
Despesas gerais e administrativas	18	(2.569.045)	407.385
Outras (despesas)/receitas operacionais		723.597	-
Lucro antes das receitas financeiras		72.358.905	56.209.711
Resultado financeiro	19	(11.967.644)	(7.395.213)
Receita financeira		6.658.497	4.624.590
Despesa financeira		(18.626.141)	(12.019.803)
Resultado antes dos impostos		60.391.261	48.814.498
Imposto de renda e contribuição social	20	(21.127.006)	(19.431.403)
Lucro líquido do exercício		39.264.255	29.383.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	39.264.255	29.383.095
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	39.264.255	29.383.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua—>